



Políticas Educacionais e cultura confuciana na Coreia do Sul: desafios para a consolidação de uma sociedade de conhecimento (1945-2000)

Palavras-Chave: Políticas educacionais, confucionismo, desenvolvimento econômico

Autores:

Victoria Silva Torres Santos, IE-UNICAMP

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino, IE-UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A Coreia do Sul protagoniza um dos casos de industrialização tardia e desenvolvimento econômico mais emblemáticos da história recente do capitalismo. O crescimento acelerado do PIB a partir da década de 1970 e o aumento da participação de empresas sul-coreanas no comércio internacional de bens de alta tecnologia era impensável para uma das nações mais atrasadas do mundo, cuja renda *per capita* em 1946 era avaliada em \$916¹ (Maddison Project Database, 2018.). No período posterior à Guerra da Coreia (1950-1953), a necessidade de reconstruir e modernizar o país se torna central no planejamento estatal, sobretudo a partir da administração de Park Chung Hee — que chega ao poder através de um golpe de estado em 1961.

O papel do Estado e de outras instituições enquanto viabilizadoras do desenvolvimento econômico na Coreia é amplamente discutido na literatura que trata sobre os processos de industrialização tardia. Como destacado por Amsden (1992; 2009), a ascensão da economia sul-coreana nas décadas finais do século XX deve ser associada às bem-sucedidas políticas estatais de planejamento econômico, fomento à industrialização, ao comércio e à tecnologia, que permitiram que o país transformasse sua estrutura produtiva baseada em bens primários para um novo conjunto de ativos baseados em conhecimento. A renda *per capita* do país acompanhou as mudanças estruturais da economia e cresceu substancialmente, chegando a \$23,108 em 2000 (Maddison Project Database, 2018).

O desenvolvimento sul-coreano também é frequentemente discutido à luz das políticas de fomento à pesquisa científica, inovação e formação de capital humano. O alto nível de escolarização da sociedade coreana em comparação com os demais países de industrialização tardia durante seus processos de *catching up* era impressionante se consideradas as severas restrições impostas pelo regime colonial japonês até o final da Segunda Guerra Mundial: em 1945, apenas 22% dos coreanos eram alfabetizados, e apenas 2% das pessoas maiores de 14 anos haviam concluído o ensino médio. A universalização do ensino básico e o aumento expressivo das matrículas nos demais níveis de escolarização — que ocorrem com grande apoio e pressão populares — a partir da década de 1960 demonstram o profundo comprometimento dos sul-coreanos com o ensino formal (Kim, 2005; Seth, 2002). A literatura considera que o apreço dos coreanos pela educação é um traço cultural derivado dos valores confucionistas clássicos que se espalharam por todo o Leste Asiático. A cultura confuciana, que se manifesta com certas especificidades em cada país da região, trata-se da matriz filosófica dentro da qual certos padrões morais e comportamentais se desenvolveram historicamente e foram difundidos a partir do Império Chinês.

Até a década de 1980, a visão prevalente entre estudiosos ocidentais e leste-asiáticos era de que os valores confucionistas representavam obstáculos ao desenvolvimento capitalista e poderiam ser um dos determinantes no atraso da região. Quando o crescimento econômico dos países leste-asiáticos passa a ser

¹ Valores estimados em preços constantes de 2011.

acelerado na década de 1980 a percepção geral sobre a relação entre confucionismo e modernização é ressignificada positivamente, como possível potencializadora do desenvolvimento econômico (Kim, 2017). Neste sentido, torna-se relevante refletir sobre as possíveis influências da cultura confuciana na efetivação do processo de industrialização e desenvolvimento econômico na Coreia do Sul.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre a cultura confuciana e o desenvolvimento econômico na Coreia do Sul. Em especial, procura-se compreender as influências que os fatores culturais exerceram na constituição do sistema educacional moderno no país, e como o Estado empreendeu políticas públicas que objetivavam contornar certas características das instituições educacionais entendidas como prejudiciais ao desenvolvimento econômico.

Por se tratar de uma pesquisa em história econômica, foram empregados os métodos tradicionais de pesquisa bibliográfica, com a análise da literatura disponível para o tema e dos dados disponíveis nestas obras para indicadores relevantes. Em primeiro momento, procurou-se compreender a relação entre a cultura confuciana e a modernização no Leste Asiático de maneira mais geral e levantar informações sobre a relevância do confucionismo na sociedade e nas instituições sul-coreanas. O trabalho de Kim Kyong-Dong, *Confucianism and Modernization in East Asia: Critical Reflections* (2017), guiou grande parte das reflexões para esta primeira etapa de pesquisa.

Posteriormente, as leituras foram direcionadas para a compreensão das relações entre o confucionismo e o estabelecimento do sistema educacional na Coreia do Sul após a liberação do sistema colonial japonês. O trabalho de Michael J. Seth, *Education Fever: Society, Politics, and the Pursuit of Schooling in South Korea* (2002) contribuiu grandemente com os dados e as interpretações apresentadas neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os primeiros registros de exposição da sociedade coreana aos valores éticos confucionistas datam do século II a.C., quando a Dinastia Han chinesa ocupava parte do território ao norte da península da Coreia. Haboush (1991) entende que os coreanos absorveram e aplicaram os conhecimentos sobre a administração pública chinesa nos moldes confucionistas, precipitando nos séculos seguintes a centralização do poder e do território na península. As influências confucionistas na sociedade coreana eram restritas aos modelos de organização política e burocrática — que incluíam o sistema de exames para o serviço público adotados em 958 e as academias nacionais que preparavam os candidatos — até o estabelecimento da Dinastia Yi, em 1392. A fundação do reino de Joseon pode ser descrita como uma “revolução confuciana”, pois torna-se objetivo de Estado conformar toda a sociedade coreana aos padrões da ética neo-confucionista². A nova ortodoxia de Estado contemplou mudanças significativas na estrutura social de Joseon, como a obrigatoriedade dos ritos fúnebres e do culto aos antepassados, a definição de uma estrutura familiar patrilinear, a internalização dos ideais de meritocracia na estrutura de classes coreana e mudanças no currículo das Academias Nacionais, que formavam os literatos. Como apontado por Haboush (1991) e Kim (2017), sob a Dinastia Yi os coreanos foram a sociedade que absorveu de maneira mais profunda as tradições e valores confucionistas.

A literatura compreende o processo de modernização das sociedades do Leste Asiático como o espraiamento da cultura ocidental na região a partir do século XIX, que ocorre através das pressões políticas, militares e econômicas aplicadas pelas nações tecnologicamente mais avançadas por meio da instituição de acordos desiguais. Na Coreia governada pela Dinastia Yi, a entrada de influências ocidentais desencadeou tensões na estrutura política. Parte dos *yangban* — membros da aristocracia rural que dominavam a burocracia estatal — mantinha-se fiel à ortodoxia neo-confucionista, enquanto uma parcela crescente destes literatos se alinhou a um movimento “pró-esclarecimento”, favorável à modernização institucional mediante aos paradigmas ocidentais. Este grupo pretendia realizar reformas políticas, educacionais e militares que tornassem o país mais similar ao Japão Meiji, sob o argumento de que a tradição neo-confucionista

² Haboush (1991) explica que a ética Neo-confuciana é introduzida na Coreia na época da dominação mongol (1285-1356). O neo-confucionismo tem um caráter mais secular e racionalista que o confucionismo clássico, reduzindo as influências budistas e taoístas de sua ética filosófica.

representava uma barreira ao avanço tecnológico do país. Tais pretensões não puderam ser alcançadas em um cenário de disputa interna entre os *yangban*, levantes populares e conflitos diretos com as nações vizinhas. Ao início do século XX, o desorganizado Estado coreano foi anexado ao Império Japonês. Entre círculos intelectuais e membros do partido pró-modernização, considerava-se que a dificuldade em flexibilizar as tradições confucionistas em face à necessidade de adequação aos paradigmas tecnológicos do Oeste resultou na perda de soberania do país (Kim, 2017).

Esta percepção de que os valores confucionistas contribuíam para o atraso nos países leste-asiáticos — com exceção clara ao Japão — prevaleceu entre estudiosos no mundo todo até a década de 1980. Como lista Kim (2017), os valores associados ao confucionismo que representavam obstáculos ao desenvolvimento capitalista incluíam o elitismo e autoritarismo resultante da importância dada às hierarquias, a limitação à busca de lucros e ao empreendedorismo, a preferência por ocupações ligadas à burocracia estatal em detrimento de profissões ligadas à ciência, ao comércio e aos trabalhos manuais, a estrutura política coletivista, que prioriza uma estrutura social centrada na família e nos laços afetivos pessoais, tendência ao conservadorismo e a falta de iniciativa. A veiculação deste discurso teve relevante impacto no cenário institucional sul-coreano, uma vez que se considerava necessário favorecer a aculturação ampla de valores tipicamente ocidentais para impulsionar o processo de modernização, por vezes realizando-o através da emulação dos modelos institucionais dos Estados Unidos — principal aliado coreano no Ocidente. Por exemplo, como discutem Kim & Jung (2019), a ocupação militar norte-americana na Coreia do Sul no imediato pós-segunda guerra introduz ao país novas orientações para o sistema educacional, cujos pilares deveriam ser a democracia liberal e o nacionalismo, promovendo o rompimento com o passado colonial e a tradição confucionista. A partir da década de 1980, quando os países do leste-asiático consolidaram seus processos de industrialização, a visão generalizada da contribuição negativa da herança cultural confuciana no avanço da modernização é significativamente alterada. Enfatizou-se a análise de certos valores que poderiam impulsionar o desenvolvimento econômico, como o compromisso com a educação e cultivo pessoal enquanto formas de prosperar profissionalmente, disciplina em relação ao trabalho, frugalidade e alta propensão a poupar dinheiro, respeito à hierarquia e à ordem e a busca pela harmonia social, ressignificando a orientação coletivista das sociedades confucianas de maneira positiva. A literatura consultada não oferece uma explicação precisa a respeito da predominância de fatores positivos ou negativos na relação entre confucionismo e modernização.

O trabalho de Seth (2002) fornece uma perspectiva histórica acerca da influência dos valores confucionistas na construção e aplicação do sistema educacional moderno na Coreia do Sul. Compreende-se que as características predominantes do desenvolvimento educacional sul-coreano após a liberação em 1945 são produto da interação de elementos culturais confucionistas presentes no ensino pré-moderno, modelos institucionais praticados pelos japoneses durante o período colonial e dos valores ocidentais ligados a igualitarismo e democratização de oportunidades introduzidos pelos norte-americanos no pós-guerra. Seth (2002) argumenta que a amálgama das influências confucionistas, japonesas e norte-americanas resultou em um movimento popular de demanda por oportunidades educacionais na Coreia do Sul, principal força a impulsionar o desenvolvimento educacional no país na segunda metade do século XX. Como demonstrado pelo autor, sociedade e Estado assumiram posições frequentemente conflitantes no que diz respeito à condução das políticas educacionais no país, que em muitas oportunidades inflamaram o descontentamento popular com os regimes autoritários que governaram o país por quase três décadas a partir do golpe de Estado em 1961.

A educação formal historicamente exerceu um papel fundamental na estruturação da sociedade coreana. Na Coreia pré-moderna, a educação era valorizada enquanto meio de cultivo pessoal e de se atingir — ou manter — uma posição de status e poder. Acreditava-se que um indivíduo poderia se tornar virtuoso através do ensino da ética confucionista, e este estaria apto para assumir uma posição de liderança na sociedade, de modo que o status de sábio e literato fosse o ideal de prestígio social. Tais valores eram legitimados pelo sistema de exames para o serviço civil — que funcionou de 958 a 1895 —, que selecionava os candidatos mais versados no estudo dos clássicos chineses para integrar posições na burocracia estatal. O ideal meritocrático implícito no sistema, no entanto, não se realizava na prática; os exames exigiam anos de preparo, de modo que os estudantes cujos pais podiam prover apoio financeiro tinham grande vantagem. Neste sentido, é possível interpretar que o sistema de exames servia como um meio de alocar poder, privilégios e status entre os *yangban*, membros da aristocracia agrária que ocupavam majoritariamente os cargos públicos.

A identificação entre educação e prestígio social é vista por Seth (2002) como uma característica do sistema educacional pré-moderno que influenciou grandemente a sociedade coreana na era moderna. A visão de que a especialização técnica era inferior a formação acadêmica clássica também tem origens neste período.

O sistema educacional praticado no período colonial (1910-1945) fazia parte do aparato coercitivo e exploratório estabelecido pelo Estado japonês, cuja função principal era submeter a Coreia às necessidades do Império e assimilar forçadamente a cultura e a linguagem japonesas. A administração educacional era caracterizada pelo alto grau de centralização, planejamento sequencial — concentrado no ensino básico e afunilado nos níveis superiores — e alto grau de qualificação de funcionários e professores, que eram majoritariamente japoneses. O acesso à educação para a maioria dos coreanos foi restringido aos níveis elementares e secundários, se estendendo no máximo para a instrução superior técnica. A impossibilidade de mandarem seus filhos para uma instituição de ensino superior acadêmica criou um grande ressentimento entre a elite e as classes médias coreanas, que após a liberação converteu-se no aumento explosivo da demanda por vagas no ensino superior. Além das restrições estruturais e administrativas, a educação coreana passa a ser sujeita à propaganda ideológica e política do Império Japonês. Mais importante do que providenciar de fato educação de qualidade, as escolas serviam para tornar os coreanos em “cidadãos leais” e passivos do Império. Esta característica de utilizar o currículo educacional como meio de propagação de ideologias políticas será manifestada nos sistemas educacionais norte e sul-coreanos nos anos após a separação territorial (Seth, 2002).

A intensa demanda pública por escolarização que caracteriza a sociedade sul-coreana moderna explode pouco tempo após a liberação da península do domínio japonês, encorajada pelos ideais de igualitarismo e democratização das oportunidades educacionais absorvidos do período de controle militar norte-americano na Coreia do Sul (1945-1948). Este movimento em favor da expansão do sistema educacional perpassa desde as classes médias e elites urbanas aos trabalhadores rurais mais empobrecidos, ocorrendo em um momento em que a ordem social anterior é rompida por uma série de turbulências — como a redistribuição de terras resultante da reforma agrária, o êxodo rural e a expansão da industrialização nos centros urbanos — que promovem uma era mais aberta à mobilidade social. O acesso a educação passa a ser visto como um meio em que todas as famílias poderiam prosperar através do sucesso de seus filhos, uma vez que a escolarização continua a ser associada com prestígio social, mesmo que o monopólio de acesso não pertença mais a classe dos *yangban*. Os gargalos ao avanço educacional, principalmente no que se refere à precariedade das instalações escolares, pouco fizeram para limitar o entusiasmo dos pais em mandar seus filhos à escola.

Seth (2002) entende que os governos sul-coreanos, em especial a partir da década de 1960, tiveram imensa dificuldade em coordenar as políticas educacionais com as políticas de desenvolvimento econômico. As associações ligadas ao enorme setor das instituições privadas de ensino, os educadores, pais e a imprensa representaram um grande obstáculo — por muitas vezes intransponível — para a aprovação de planos e medidas que repercutissem negativamente na generalização ao acesso à educação, especialmente se tratando da educação superior. Os governos, de modo sistemático ou não, trabalharam em favor principalmente dos seguintes propósitos: mudar a ênfase do ensino na Coreia da educação acadêmica para a educação vocacional, expandindo o número de escolas que ofereciam formação prática e reforçar as restrições de acesso ao ensino superior, através do estabelecimento de quotas anuais para as matrículas. O planejamento destas políticas educacionais restritivas visava a correção de dois problemas persistentes que impactavam a consolidação da política industrial: a falta de mão-de-obra qualificada para trabalhar em serviços técnicos nas plantas industriais e o desemprego crônico de jovens graduados no ensino superior. Entre os anos 1960 e 1980 os governos na Coreia do Sul falharam sucessivamente em cumprir vários dos objetivos e metas propostos, e é notável que o avanço educacional no país continuava a ser impulsionado pela enorme demanda popular por educação. Em síntese, as políticas educacionais continuaram a responder à pressão popular ainda que o governo tentasse submetê-las a uma lógica economicamente racional, mesmo durante as décadas de regime ditatorial.

O comprometimento das famílias com a escolarização, no entanto, também teve um efeito positivo para o Estado no que se refere a possibilidade de reverter os custos do sistema educacional para a sociedade. O sistema de finanças educacionais públicas na Coreia do Sul pouco foi alterado em relação ao que era praticado no regime colonial. O financiamento da educação pública, que correspondia principalmente aos níveis de ensino básico compulsórios, dependia de contribuições voluntárias da comunidade e de taxas pagas pelos pais dos alunos. Para os outros níveis de ensino, o oferecimento de vagas no setor privado era predominante. Estimativas do ano de 1995 realizadas pelo KEDI (Korean Educational Development Institute)

apontavam que as famílias coreanas arcavam com 69% dos gastos totais com educação no país, montante correspondente a 12% do Produto Nacional Bruto para o mesmo ano, percentual consideravelmente alto mesmo em comparação com outras nações industrializadas (Seth, 2002).

CONCLUSÕES:

A discussão sobre a influência dos valores confucionistas no processo de modernização do Leste Asiático resultou em percepções bastante contraditórias entre si ao longo do século XX. O debate contemporâneo entre os estudiosos do tema não é centrado em obter uma resposta para o fenômeno de maneira geral, mas procura restringir as análises a momentos históricos e instituições específicas. Neste sentido, esta pesquisa procurou estabelecer relações entre os valores confucionistas tradicionalmente reproduzidos na sociedade sul-coreana e a implementação do sistema educacional moderno após a liberação do regime colonial japonês em 1945. A literatura consultada fornece uma resposta para este questionamento, sugerindo que interação entre os ideais neo-confucionistas referentes à associação entre educação e prestígio social, a condução da política educacional japonesa e seus modelos institucionais e os ideais de democratização popularizados durante a ocupação militar norte-americana criaram um grande movimento popular de demanda por expansão das oportunidades educacionais, que ganha força no contexto turbulento da liberação.

Os governos da Coreia do Sul ao longo da segunda metade do século XX tiveram grandes dificuldades em conciliar a demanda popular por educação com o planejamento econômico que visava a industrialização acelerada do país. As políticas de direcionamento dos estudantes ao ensino técnico vocacional e de restrição de acesso ao ensino superior por meio de quotas anuais nunca alcançaram a efetividade esperada, e nem reverteram as tendências gerais da demanda por escolarização no país. Tais considerações demonstram que mesmo os governos autoritários que estiveram no poder por quase 30 anos após o golpe em 1961 não podiam ignorar a insatisfação popular no que se diz respeito à condução das políticas educacionais.

BIBLIOGRAFIA:

AMSDEN, A.H. **A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

AMSDEN, A.H. **Asia's next giant: South Korea and Late Industrialization**. Nova York: Oxford University Press USA, 1992.

HABOUSH, J.K. The confucianization of Korean society. In: ROZMAN, G.E. **The East Asian Region: Confucian Heritage and Its Modern Adaptation**. Princeton: Princeton University Press, 2014. Cap. 2.

KIM, K-D. **Confucianism and Modernization in East Asia: Critical Reflections**. Springer Singapore, 2017 [recurso eletrônico]. Disponível em:

<<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07449a&AN=uec.9789811036262&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>. Acesso em: 5 out. 2020.

KIM, L. **Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

KIM, S; JUNG, D.J. Ideology, nationalism and education: the case of education reforms in the two Koreas. **Asia Pacific Education Review**, v. 20, n. 2, p. 295-304, 18 mai. 2019. Disponível em: <[https://link-springer-com.ez88.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s12564-019-09592-2](https://link.springer.com.ez88.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s12564-019-09592-2)>. Acesso em: 5 out. 2020.

MADDISON PROJECT DATABASE. Faculty of Economics and Business – Groningen Growth and Development Center, 2018.

SETH, M.J. **Education Fever: society, politics and the pursuit of schooling in South Korea**. Havaí: University of Hawai'i Press, 2002.